



**ATA N.º 61/XII-4º/2020-21**

1 - Aos 10 dias do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, por videoconferência, através da plataforma webex, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

**1 - Período de Intervenção dos Cidadãos**

(continuação)

**3 - Período da Ordem do Dia**

3.4 – tomada de conhecimento da Proposta da Câmara Municipal sobre Regime Excepcional aplicável às Autarquias Locais no âmbito da Pandemia da Doença COVID-19 – Medidas no âmbito da atuação da Wemob, E.M., S.A.;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Contratação de Empréstimo até 10.000.000€;

3.6 – Proposta de aditamento ao Regulamento da Assembleia Municipal Jovem de Almada.

**2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.**

**3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.**

**3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:**

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

**4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:**

**4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Débora Figueiredo de Carvalho Rodrigues (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Elisabete Peres Pereira (CDU); Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU).**

**4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU); Mara Rita Silva Martins (CDU); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas;**

**4.1.2 – O Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã solicitou a sua substituição pelo eleito João Fernando Filipe Marcos.**

**4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Luís Manuel Rodrigues da Silva Alves Salgueiro em substituição do Senhor Vereador Nuno Miragaia Matias e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos;

5.1 - Usou da palavra o Senhor Município Rui Macário Sebastian;

5.1.1 – O Senhor Município Rui Macário Sebastian:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Rui Sebastian, sou morador em Almada, sou engenheiro do ambiente, estudei na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no Monte de Caparica.

Durante o meu mestrado de engenheiro do ambiente, eu desenvolvi estudos com foco no Município de Almada, como caso de estudo, por exemplo, na área da eficiência energética do edificado, na área do ordenamento do território e na área da mobilidade sustentável entre e outros.

O assunto que me traz aqui é as intervenções no eixo central e em concreto a petição pela suspensão da proposta de requalificação do eixo central e a realização de um processo de esclarecimento e discussão pública assim que possível.

Trago alguns dados alvo de estudo da minha parte e do meu curso, sobre a mobilidade em Almada. Estes dados são referentes a 2015, são os dados mais atuais que existem.

Começava por dizer que no Município de Almada 30% da população não tem carta de condução, e nas Freguesias de Almada e Cacilhas o número aumenta para 37 e 38% respetivamente. No Município de Almada 27% dos agregados familiares não possui automóvel e no Município 47% das viagens realizadas são em transporte individual, isto é menos de metade das viagens realizadas. Seguir ao transporte individual, o transporte coletivo é o transporte que corresponde a 30% das viagens e 17% correspondem a viagens a pé.

Portanto, não se percebe em que realidade é que se baseia a Câmara Municipal para realizar estas intervenções no eixo central, que vão no sentido de fomentar a utilização do automóvel, que é aumentar o número de faixas automóvel e reduzir o espaço pedonal, é fomentar a utilização do automóvel no eixo e com tudo o que isso implica, que é a despesa de ter automóvel, o espaço valioso que ele ocupa na cidade quando às vezes ele nem está a ser utilizado na maior parte do tempo, e a poluição atmosférica que causa nos centros urbanos. Sendo que a maioria das deslocações em Almada não são feitas em automóvel, nem queremos que elas sejam, e aqui refiro-me à estratégia europeia e à estratégia nacional, para a descarbonização, que vai no sentido de promover menos transporte individual, mais meios suaves, mais transportes coletivos nos centros urbanos. E é por isso que eu assino e promovo, a petição que está em curso, pela suspensão da proposta de requalificação do eixo e pela realização de um processo de esclarecimento e discussão pública. A petição já conta com cerca de 300 assinaturas em menos de 48H00. E é por isso que eu apresento aqui também este pedido de esclarecimento, porque os pedidos enviados por email à Câmara Municipal não são atendidos ou respondidos.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Carlos Fernando Guedes (Ind.), Ivan da Costa Gonçalves (PS), Pedro Miguel Matias (PS), João Eduardo Geraldês (CDU) e José António Rocha (BE).

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ouvi com muita atenção a intervenção do Senhor Município Rui Macário Sebastian.

Em primeiro lugar, agradecer a intervenção e até agradecer a preocupação e dizer que tenho todo o gosto em conhecer o estudo que fez, no seio da FCT, sobre a mobilidade em Almada, é um assunto que temos estudado muito até com base em estudos que também foram feitos na Área Metropolitana de Lisboa, e como sabe, a própria Câmara Municipal, lançou um estudo relativamente aquela que é a nova rede de transportes em Almada, que, entretanto, foi a concurso. Aliás, num trabalho que iremos apresentar no sentido até de mostrar todo o reforço que foi proposto, nem todo foi obtido, porque é um concurso global, mas muito do que nós propusemos para Almada, em termos não apenas de aumento de linhas e de aumento de frequências, foi obtido um claro reforço do transporte público. Portanto, terei todo o gosto e peço que lhe façam chegar o meu email



direto, para se o Senhor Município Rui Sebastian concordar, terei todo o gosto justamente em ver esse estudo que do pouco que me diz me parece muitíssimo interessante.

Agora, se me permite eu irei pegar numa frase que disse. Quando diz: “em que realidade se baseia a Câmara Municipal para estas obras?” Eu pergunto: “em que realidade é que se baseou para lançar a petição?” Porque até à data as únicas obras que foram aprovadas dizem respeito à requalificação de duas rotundas. Eu já disse e repeti várias vezes, que a questão do eixo central, o que está previsto é o alinhamento das faixas, que há uma 2ª faixa que é para transportes públicos ou via ciclável, tirando nos locais onde preciso virar por exemplo à esquerda, para permitir que haja fluidez de saída e não haja os engarrafamentos permanentes.

Portanto, eu não sei qual foi a realidade, que andaram a veicular, nem sei exatamente que suspensão é que pretendem, porque neste momento as únicas obras que vão avançar, são a abertura da rotunda do Central e a requalificação da rotunda Gil Vicente. Portanto, neste momento não está lançada sequer a obra da requalificação total e que a seu tempo naturalmente, será apresentada, poderá ser debatida, vai a reunião de Câmara, agora, não vejo de que suspensão está a falar. A não ser que queiram a suspensão dos dois trabalhos de rotunda e aí o concurso já foi lançado e eu penso que a abertura da rotunda do Central, é algo que não só há muito desejado, mas como é algo que foi de facto, visto e confirmado com o próprio Metro Sul do Tejo, que continua a ter toda a sua prioridade e que vai permitir em muito, que não haja uma acréscimo de trânsito, ainda hoje eu fiz essa experiência que é, quando se desce o eixo central e por uma razão qualquer é preciso ir para a esquerda, temos que chegar quase a Cacilhas para poder fazer a inversão de marcha. Portanto, a solução do eixo central, como sabem, foi uma solução foi pensada para não ter carros nenhuns, era para ser pedonal. E essa solução foi um fracasso, foi um fracasso a todos os níveis. E de tal maneira foi um fracasso que foi preciso repor os carros no eixo central. Portanto, a questão é clara, voltou-se a abrir ao trânsito, apesar das consequências que essa interdição obteve e isso criou uma situação de grande confusão onde por exemplo, e é um dos pontos fortes da requalificação, é a criação de passagem de peões, nós temos demasiados acidentes entre carro, metro e peões, é uma questão que é inaceitável para quem promove justamente os peões e outro tipo de mobilidades, é fundamental ter equipamentos adequados e não ter toda aquela extensão sem passagem de peões, e para além do mais, acreditamos que é fundamental também criar um canal de outros meios de deslocação suave. Eu penso que todos concordarão, que a solução atual do eixo central, não é uma solução até que passou a ser uma solução híbrida, que foi construída no pressuposto e depois voltou-se atrás. O eixo central é daquelas questões que eu não gostaria de ver confirmar que o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita, nós acreditamos firmemente que com alguns ajustes, e aliás, nem vale a pena estar a pensar, nem sei quem é que inventou essa questão que nós íamos eliminar passeios, todas as obras da Câmara Municipal têm sido no sentido de criar passeios, aumentar passeios, criar acessibilidades, e portanto, meu caro Rui Sebastian, terei todo o gosto, irei naturalmente ainda não vi a petição, terei todo o gosto em ler com atenção a petição, terei todo o gosto em ver o seu estudo e terei todo o gosto em conversar consigo sobre a reabilitação do eixo central. Agora, cuidado com a realidade que lhe contam, porque não me parece que corresponda em nada aquilo que são as nossas intenções.”

#### 5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind.):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu devo dizer que não me espanta nem me surpreende o tipo de resposta que a Senhora Presidente da Câmara dá a uma questão destas. É que quando as dúvidas surgem e eu devo dizer e acho que é público, eu sou um dos subscritores desta petição e um dos seus promotores também, as dúvidas surgem precisamente porque tornou-se um hábito deste executivo, avançar com intervenções de grande envergadura e não as discutir com as pessoas. O que foi feito neste momento, em que estamos todos confinados ou praticamente todos, ao arrepio de toda a população, foi uma intervenção que foi discutida com uma parte da população, todos nós sabemos que foi assim. E não foi discutida com mais ninguém. E não é apenas a intervenção nas duas rotundas que nós sabemos que há muito mais para além disso, e é isso que nós queremos discutir. Mas discutir, fazer uma discussão pública, é democrático. Costumava de ser banal, deixou de ser, infelizmente. Mas aquilo que nós pretendemos de facto, é que uma intervenção desta envergadura, que não está a ser bem percebida pelas pessoas, seja apresentada de forma digna, que seja explicada às pessoas e que seja aberto um período de



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

discussão pública, onde a ideia que este executivo ou outro que venha, para o centro da cidade, principalmente, porque é no centro da cidade que estamos a falar neste momento, essa ideia que este executivo tem seja discutido com a população.”

### 5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostava em nome do Partido Socialista, cumprimentar o Senhor Município que participou nesta reunião, e dizer-lhe também, que o Partido Socialista tem toda a disponibilidade para que possamos reunir e discutir esta questão e até reunir para discutir aquelas que são algumas das propostas que este Senhor Município tem relativamente a este tema.

Em 2º lugar, aquilo que nos parece é que, este é o resultado, esta petição e esta campanha, aliás, esta petição que pelos vistos existe, mas esta intervenção é o resultado de uma política reiterada, que ao longo dos últimos 3 anos, tem vindo a fazer escola infelizmente aqui em Almada, que é o facto de existirem algumas forças políticas que vão lançando desinformação e que sem dados nenhuns, acabam por alarmar a população dizendo que vão acontecer coisas que na verdade não estão previstas, não estão planeadas, que vão contra aquilo que são as ideias do executivo, mas que o fazem desde o primeiro dia, desde o dia a seguir às eleições com o objetivo de dizer que Almada está pior, que Almada está a sofrer um retrocesso, apenas porque querem provar na teoria uma tese que essas forças políticas acabaram por construir, que vá ao encontro da sua narrativa.

E, portanto, a Senhora Presidente da Câmara já esclareceu, que esta não é uma questão que esteja em cima da mesa da forma como foi posta a circular nas redes sociais e estamos perante de facto, uma matéria que se enquadra naquilo que são notícias falsas, e também se me permitem um parentese, não é suposto que Deputado Municipais ou eleitos deste Município, vão atrás ou a reboque deste tipo de insinuações que são feitas e que se provam depois não ter adesão nenhuma à realidade.

Em 3º ponto e nós até podemos ir construindo cada um acredita no que quer, como é obvio, vivemos em democracia mal fora se assim não fosse. Eu até compreendo que alguns membros desta Assembleia Municipal, queiram forçar, fazer a narrativa de que antes em Almada, antes em 2017, tudo estava bem e a partir de 2017 tudo ficou mal. Essa é a narrativa que infelizmente, não é apenas exclusiva de uma força política, mas que tem vindo, que alguns membros desta Assembleia Municipal também vão aderindo.

Agora, dizer como o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes acabou de dizer, que antigamente em Almada se discutiam as obras, se discutiam as intervenções, é caso para perguntar em que terra é que o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes tem vivido nos últimos anos? Porque de facto, se houve durante anos inúmeras obras que não foram discutidas com as populações, onde as populações não foram envolvidas, foi aqui em Almada. E, portanto, nós podemos levar ao extremo essas narrativas, agora é o caos, nós vivemos no caos, antigamente Almada era terra do leite e mel. Ninguém acredita nisso, toda a gente sabe que não é verdade e isso não passa pura e simplesmente de uma narrativa que é construída, tendo em conta o facto de existirem eleições autárquicas este ano.

Portanto, Senhores/as Deputados/as Municipais, Senhores/as Municípes e também o Senhor Município Rui Sebastian, apenas para dizer o seguinte: aquilo que tem vindo a circular é falso, não tem adesão nenhuma à realidade e a responsabilidade dos senhores eleitos, é que as suas narrativas tenham também maior adesão aquilo que é a realidade do nosso Município.”

### 5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dizer ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, que efetivamente aquilo que ele há pouco disse não corresponde à realidade. Provavelmente não conhece bem, não esteve nestes debates, eu estive nestes debates em Almada, nasci em Almada, e tive nestes debates do Acessibilidade 21, e recordo-me de um na Incrível Almadense, no Salão de Festas, onde grande parte da população presente, manifestou uma grande oposição aquilo que era o Acessibilidades 21, que se gastou 500.000.00€ (quinhentos mil euros) do erário



público municipal, para fazer um estudo, que um mês depois foi todo revertido. 500.000.00€ (quinhentos mil euros) contra a população.”

**5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sei que o Partido Socialista já não tem tempo e o Senhor Presidente não lhe vai dar seguramente tempo, a não ser que a Câmara Municipal ceda. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, ou melhor, não é uma pergunta, é fazer um pedido. É que ele esclareça, não deixe no ar, não insinue, esclareça quais são as forças políticas a que ele se refere. Que diga claramente quais são as forças políticas a que ele se refere, que neste momento estejam a intervir neste processo, porque lançar atoardas para o ar, não é propriamente uma forma de fazer política séria. Portanto, O Senhor Deputado Municipal que esclareça, como é evidente não vai esclarecer porque não tem tempo.”

**5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind.):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu creio que o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, parte de um principio errado que é de ter uma construção qualquer na sua cabeça de que tudo o que acontece em Almada, tem qualquer coisa por trás. Pois, olhe, eu tenho uma parede por trás e tenho ao meu lado, 6 ou 7 ou 8 pessoas, que são independentes, que não são militantes de partido nenhum, tal como eu. Que isto lhe faça confusão, é uma coisa, e Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, de certa forma o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias com a condescendência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôde estender os seus 10 segundos por bastante mais, eu não tenho nenhum partido nem atrás, nem ao lado, estou independente e o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves foi testemunha privilegiada do processo que levou à minha saída do partido pelo qual eu fui eleito. Portanto, fica-lhe muito mal esse tipo de insinuações, eu digo-lhe aqui à frente de “toda a gente”, não lhe admito nem si nem a ninguém, e isto está a acontecer precisamente porque os Senhores se recusam a prestar os devidos esclarecimentos a quem os pede.”

**5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas aproveitando esta intervenção do Senhor Município Rui Macário Sebastian sobre as obras no eixo central, gostaria apenas de colocar aqui uma questão, até pelas notícias vindas a público, da abertura daquela zona, de uma estrada em direção ao mercado, ou do mercado para a praça do MFA, sendo aquela uma zona pedonal consolidada há tantos anos, gostaríamos que nos confirmassem a veracidade destas informações, destas notícias vindas a público, da supressão daquele passeio para abrir uma via para viaturas.”

**5.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar responder ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes.

Não há nada que esteja a ser feito nas costas dos almadenses. Não há nenhuma outra obra que não seja aquela eu referi que é a reabilitação das duas rotundas. Aliás, como sabe, são obras pesadas, que implicam procedimentos pesados e, portanto, não há nada.

Portanto, Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, com toda a serenidade lhe digo, não diga essas coisas. As únicas obras que estão previstas e cujo o procedimento foi lançado, e foi esse o compromisso que temos neste momento absolutamente firme, é a requalificação das duas rotundas. E há um projeto de requalificação de todo o eixo central para ser feito por fases. E cada uma dessas etapas, será apresentada, sendo que no resto do eixo, importa estabelecer uma coerência como é evidente. E não há como nunca houve, nesta matéria como em qualquer outra, nenhum tipo de dificuldade de debater com quem fosse. Agora, há é uma mudança de atitude, ou ficamos 10 anos a discutir uma ideia que depois quando é para a concretizar já não corresponde sequer a uma realidade, ou 10, 20, 30 como muitas vezes foi o caso, ou então estamos a falar de uma requalificação em



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

função de uma matéria que conhecemos muito bem, porque estamos há 3 anos mergulhados naquilo que são os temas da mobilidade em Almada e na Área Metropolitana de Lisboa, e naturalmente, nunca nada é escondido aos munícipes. Portanto, esse discurso Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, que eu já o ouvi ter várias vezes, permita-me que lhe diga, é muito desagradável, porque passa a vida a levantar suspeitas de que a Câmara Municipal faz coisas nas costas dos almadenses. Ora, assim que há um projeto, eu própria tenho o cuidado de publicar o projeto para mostrar o projeto, é tudo absolutamente transparente. Agora, de facto, nós assumimos as nossas responsabilidades de autarcas.

Relativamente ao resto da reabilitação na praça do mercado eu vou repetir aquilo que já disse da outra vez, está em curso um projeto de requalificação integral da praça do mercado. Houve de facto, um pedido e uma petição também, relativamente à rua de Olivença, e estamos neste momento, a estudar a possibilidade de equacionar as duas coisas não estando tomada nenhum tipo de decisão. É claríssimo. Houve uma petição sim, de comerciantes, daquela zona do mercado, a pedir a reabilitação, e no âmbito da requalificação de toda aquela zona, nós em consciência, não podemos não ponderar algo que nos é pedido por munícipes e comerciantes. Está tomada uma decisão definitiva? Não está. Assim que houver um projeto integrado para apresentar, será devidamente apresentado e os Senhores/as Deputados/as Municipais, os Senhores/as Vereadores/as dirão de sua justiça sobre esse projeto.

Portanto, não vale a pena estar a criar fantasmas onde eles não existem. O que eu acho extraordinário, é que quando nós lançamos a requalificação de duas rotundas, não sei por magia, não vou dizer que há forças ocultas nem nada do género. Agora, uma coisa que é, conseguem sempre desviar e como as pessoas estão muito contentes com a ideia da requalificação das duas rotundas, conseguem desviar para criar de facto problema onde ele não existe.”

**6 – Foi declarado aberto o período da ordem do dia;**

**6.1 – Entrou-se no ponto 3.4 da ordem do dia relativo a Tomada de Conhecimento da Proposta da Câmara Municipal sobre Regime Excecional aplicável às Autarquias Locais no âmbito da Pandemia da Doença COVID-19 – Medidas no âmbito da atuação da Wemob, E.M., S.A.;**

**6.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta já foi aprovada em reunião de Câmara, foi aprovada logo no início do confinamento, mesmo assim com efeitos retroativos ainda a janeiro, o que no âmbito do confinamento o que foi feito é de facto, a questão da isenção para os moradores do pagamento de tarifas de estacionamento em zonas tarifadas. Por todos os moradores. E, dado que as pessoas são obrigadas a ficar em casa, a suspensão das ações de remoção e bloqueio que não constituem infração grave ou prejudiquem seriamente a mobilidade e que os dísticos de estacionamento que terminem a sua validade durante a vigência desta deliberação, se mantenham validos até ao final do período em referência.

Naturalmente, isto foi aprovado penso que por unanimidade, se me recordo bem em reunião de Câmara e vimos dar conhecimento à Assembleia Municipal.

Importa salientar aqui como salientei em reunião de Câmara. A fiscalização, ao contrário do que aconteceu no primeiro confinamento, não foi suspenso. E não foi por uma razão muito clara, é que quando foi do primeiro confinamento, houve ruas inteiras que se transformaram num caos, choveram protestos legítimos e mais do que compreensíveis de munícipes, por haver uma desorganização total, e uma colocação absolutamente selvagem, dos carros absolutamente por todo o lado. Eu volto a dizer que, reconhecendo que há dificuldades e por isso é que, até no âmbito da reabilitação da Capitão Leitão, estamos a criar e a reforçar espaços de estacionamento. Mas também relembro, que há parques de estacionamento criados no centro da cidade e que, só muito raramente atingem o limite da sua ocupação. Sei que há o hábito de querer parar à porta de casa, neste caso não é casa, porque os residentes estão isentos, mas sobretudo de quem por uma razão qualquer esta a circular acha que tem o direito de parar o carro em qualquer sitio, em segunda linha, em frente a saídas, em frente a janelas, portas, nas passagens de peões. O Código da Estrada não está suspenso. Nós sabemos que os



centros das cidades são sempre espaços difíceis de estacionamento, é um facto, estamos a fazer um esforço para poder aumentar a resposta no estacionamento, mas eu também sou obrigada a apelar ao civismo e apelar também aos Senhores/as Deputados/as Municipais, para que sejam também eles agentes, para que possamos retirar da via pública o caos dos carros por todo o lado. Ainda agora falamos do eixo central, das preocupações ecológicas, das preocupações com tráfego a mais, e depois quando se trata do estacionamento absolutamente selvagem, há uma extraordinária ---. Portanto, eu acho que é um esforço que temos que fazer todos. Há sobretudo no centro da cidade, uma população idosa, há uma população que não tem carro, há uma população que quer poder mover-se, há passeis estreitos, há carrinhos de bebés, há cadeiras de rodas, há tudo isso. E que pura e simplesmente estão sistematicamente bloqueados com carros estacionados de forma absolutamente incompreensível.

Eu já sei que há aqueles que acham que devemos agradar a todos, mas há situações onde temos que ser firmes. O caos dos carros não pode continuar em certas zonas de Almada, e não pode repetir-se o caos do primeiro confinamento. É a razão pela qual volto a dizer, há uma isenção total dos moradores, agora as fiscalizações não foram suspensas e quando há infrações graves ao código da estrada, naturalmente os serviços de fiscalização têm de continuar a funcionar. Mas não há bloqueios, nem reboques, a não ser também que estejam a impedir alguém de sair de casa.”

**6.1.2** – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Maria Luís Albuquerque (PSD), e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

**6.1.2.1** – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre este documento e sobre as palavras da Senhora Presidente da Câmara, de facto, queremos apenas deixar aqui algumas notas sobre este documento que a Câmara Municipal nos apresenta nesta Assembleia Municipal.

Foi votado de facto, por unanimidade em reunião de Câmara, naturalmente que o Bloco de Esquerda concorda com a isenção de pagamentos de estacionamento neste período de crise em consequência da pandemia, mas discordamos inteiramente que seja apenas para residentes com dístico. Para o Bloco de Esquerda pode e deve ser mais abrangente, deve ser extensível a outros cidadãos, sabendo nós que grande parte da população e neste caso residentes no Concelho de Almada, se vê obrigada a permanecer nas suas casas como consequência do confinamento obrigatório, ter portanto, menos viaturas a circular para fora do Concelho, que origina uma diminuição substancial de lugares de estacionamento e que vem criar inevitavelmente maiores dificuldades a quem necessite utilizar os seus transportes, quer seja para compras e naturalmente compras de bens essenciais, até mesmo para tratar de outros assuntos inadiáveis. E, já agora, sabendo nós também o quão mal servidos estamos relativamente aos transportes públicos no nosso Concelho. Concordamos tal como está mencionado no ponto 2 da parte deliberativa deste documento, com as multas em situações e como já foi dito pela Senhora Presidente, com as multas em situações que constituem infrações graves, nos termos e para os efeitos do Código da Estrada e/ou que configurem situações de infração, independentemente da sua gravidade prejudique seriamente a mobilidade, mas a verdade, e é o que temos constatado, é que a Wemob continua a passar multas onde não há estacionamento, mesmo em locais onde não causam o mínimo de incomodo seja a quem for. Dito isto, obviamente, e não compreendemos Senhora Presidente, porque é que o PS e PSD votaram contra uma proposta apresentada pela nossa Vereadora Joana Mortágua para suspensão dos parquímetros, à semelhança, aliás, do que está a ser feito em Lisboa.

Tal como dissemos, o Bloco de Esquerda concorda com a isenção de pagamento de estacionamento neste período de crise pandémica, embora tal como referi, seja claramente insuficiente e com a manifestação de total discordância com a atuação da Wemob que continua a penalizar os munícipes com coimas, muitas delas absolutamente desnecessárias e numa altura em que tanta gente se debate com tão grandes dificuldades.”

**6.1.2.2** – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Só para colocar uma questão à Senhora Presidente da Câmara, porque admito que não seja uma situação com a dimensão a que assistimos no período do primeiro confinamento, mas recordamos todos certamente, que isso causou um problema de tesouraria na Wemob, que levou a que os salários não fossem pagos atempadamente. Portanto, eu queria apenas colocar a questão à Senhora Presidente de Câmara, se está devidamente acautelada a situação financeira da Wemob, para que esta isenção com a qual concordamos, não venha a refletir-se negativamente e a provocar novamente um problema dessa natureza.”

### 6.1.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer as intervenções do Senhor Deputado Municipal José Rocha e Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque.

Senhor Deputado Municipal José Rocha, às vezes tenho um bocadinho dificuldade em perceber a coerência e a convivência dessas duas posições, mas respeito naturalmente. Portanto, há certamente matérias em que estamos de acordo. Eu devo dizer quando o Senhor Deputado Municipal diz: “está parqueado num sítio onde não causa incomodo”. Mas não está certamente, legalmente parqueado. Eu volto a dizer, nesta altura de confinamento, o mais importante é garantir que os residentes podem estacionar os seus carros, porque nós sabemos que são os residentes que têm que ficar em casa. As pessoas não são supostas a andar a circular por zonas e sobretudo por Almada Velha. Quando diz: “as pessoas vão comprar bens essenciais”. Bom, as superfícies de bens essenciais até têm estacionamento incorporado e o pequeno comércio, mas, aqui também não acredito que a afluência ao pequeno comércio justifique essa tal enchente de carros de que fala. E, portanto, há momentos em que temos de tomar uma decisão. É preciso privilegiar os residentes. E quando diz que há residentes, que foram multados, então eu convido todos aqueles que possam ter o dístico de residente.

Também relembro, que o regulamento que anda aqui para trás e para a frente, com questões jurídicas, com juristas a debater, o que fazia era aumentar as áreas de residentes, para que mais pessoas possam ver reconhecido o seu estatuto de residente. E, portanto, eu só posso lamentar que o regulamento ainda não esteja publicado e em vigor. Sou a primeira a lamentar, mas penso que nessa matéria, não podemos ser nós responsabilizados.

Para responder à Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, dizer que neste momento não há uma situação de rutura financeira na Wemob, até na próxima reunião de Câmara, já vai seguir o próximo Contrato Programa para 2021, os termos onde é normalmente aprovado já com aquilo que normalmente se fazia à parte, inserido que é a remoção dos veículos em fim de vida. Agora, é evidente que houve um buraco financeiro grande, no ano de 2020, e que a Câmara Municipal legalmente vai ter que poder socorrer. Mas neste momento, não há qualquer sinal de rutura financeira. Dizer que é bom, é saudável para estas empresas? Não é. Isso é evidente, não é. São empresas todas elas, todas as empresas de estacionamento, existentes estão-se a ressentir muito da pandemia, não é apenas a questão das multas, mais do que as multas, tem a ver justamente com a circulação nos parques, entradas e saídas, essas é que são as questões mais preocupantes e esse é outro tipo de receitas. Portanto, é verdade que muitas delas estão em situação, e aliás, devo dizer comparativamente, muito mais graves do que aquelas do Wemob. Mas sim, há um momento de fecho de contas, certamente iremos debater os efeitos negativos do primeiro confinamento.

A medida que nós aqui apresentamos, não é uma medida por questões financeiras, é uma medida sim, por aquilo que pudemos constatar da suspensão integral da fiscalização. E essa matéria é que de facto, causou para os municípios, grandes, grandes constrangimentos. Importa lembrar que, sendo uma empresa municipal, se tiver deficit nas contas, a Câmara Municipal como acionista única, tem que naturalmente assumir as suas responsabilidades. Mas neste momento não há, não há graças ao Contrato Programa, que é o Contrato anual que se tem que se passar entre a Câmara Municipal e a Wemob.”

6.2 – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem do dia relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Contratação de Empréstimo até 10.000.000€;

6.2.1- Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta de empréstimo deve ser inserida naquilo que pretendemos ser uma boa gestão e uma gestão cautelosa. Nós sabemos que o efeito maior da pandemia não é no Orçamento de 2021, como já pudemos dizer que se fazem sentir, e, portanto, vão se ressentir a quebra de receitas de 2020, será certamente mais ressentida depois para o Orçamento de 2021 para 2022. Não sabemos ainda quais são os efeitos da pandemia na economia geral, e, portanto, temos estado a fazer estudos económicos e previsões. No início de 2020, houve uma primeira previsão muito negativa e depois no final do ano melhorou, mas acontece também que a Câmara Municipal de Almada está numa posição graças ao esforço que foi feito de facto, nestes anos, uma posição muito de algum desaforro financeiro e sobretudo aumentou em muito a sua capacidade de endividamento, vai muito para além destes 10.000.000.00€ (dez milhões de euros), e num sentido de boa gestão. Estamos perante cenários de grande incerteza de facto, com os novos fundos e em particular com o PRR e, portanto, ainda não sabemos, fala-se muito de uma comparticipação a 100% nas obras que queremos lançar, nomeadamente na habitação municipal que é de longe o pacote maior que temos previsto, e é muito significativo. Como eu já disse anteriormente, temos estado aqui, a ter algumas reservas para esses fins e para essas candidaturas, mas havia uma série de investimentos que, de qualquer maneira, nós não queremos de modo nenhum pôr em causa. E, portanto, não querendo pôr em causa estes investimentos, por uma questão mesmo de opção gestonária, consideramos que no investimento global de 13.000.000.00€ (treze milhões de euros), termos segurança para poder pedir um empréstimo de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) e libertar assim, verba para outros investimentos ou até mesmo para as necessidades ou eventuais anos menos bons em termos de receita, que Almada, Almada e os outros Municípios, naturalmente poderá enfrentar.

Essas obras que foram identificadas, são as obras dos Paços do Concelho. Há um projeto muitíssimo importante que são as novas instalações do Serviço Municipal de Proteção Civil, que estamos a finalizar as conversações com o ICNF para as instalações na Bateria da Raposa; o Jardim de Infância da Ramalha; a criação de oferta do Ensino Secundário da Carlos Gargaté, que é uma obra que já foi lançada mas que também aqui poderá estar inserida neste pacote; a ampliação da EB do Alfeite, é outra das questões importantes; o troço final da IC20; a requalificação do eixo central de Almada como veem, não é as rotundas mas a totalidade da obra, assim como a requalificação da Avenida do Mar. Os projetos já foram todos lançados, isso é uma questão para nós fundamental, muitos dos concursos também já foram lançados.

Como já disse a Autarquia tem uma situação financeira positiva e, portanto, uma boa capacidade de financiamento, e neste momento os empréstimos têm juros muitíssimo baixos, quase nulos. O empréstimo que se propõe prevê um financiamento de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) com um prazo de 5 anos, também é algo absolutamente razoável, permitindo realizar as obras necessárias, sem comprometer a capacidade de investimento do Município.

Nesse sentido a Câmara Municipal deliberou favoravelmente esse empréstimo, assim como autorizou as condições que expostas e que agora os Senhores/as Deputados/as Municipais têm na vossa posse, assim como um convite às instituições que estão aqui elencadas, que é a Caixa Central de Crédito Agrícola Mutuo, a Caixa Geral de Depósitos, o Banco Santander, o Novo Banco, o Millennium BCP e o Banco BPI, S.A. A proposta que vem aqui também diz respeito à composição do júri e as competências.

Neste sentido trazemos esta proposta à Assembleia Municipal como é de Lei e também permitir aos Senhores/as Deputados/as Municipais, terem um conhecimento mais detalhado desta estratégia.

Volto a dizer, o Município em 5 anos pode acolher esta despesa, mas é verdade que o grau de incerteza é muito grande, e não queremos a certa altura estar a comprometer orçamentos futuros perante uma grande incerteza, quando podemos com segurança e sem perca no fundo, ter aqui uma opção de gestão mais pautada, libertando naturalmente verbas para outros investimentos que sejam necessários fazer.”

**6.2.2** – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Carlos Fernando Guedes (Ind.), José António Rocha (BE), José Alberto Lourenço (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind.):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para colocar uma questão, posso ter ouvido mal, mas eu acabei de ouvir a Senhora Presidente falar num projeto que ainda há 10 minutos negou que existisse, ou foi impressão minha?

### 6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É para justificar o nosso sentido de voto nesta proposta. Nós não somos contra o endividamento da Câmara Municipal de Almada, para fazer investimentos desde e quando necessário. Concordamos que é um mecanismo que existe, que pode e deve ser usado quando imperativo. No entanto, para o Bloco de Esquerda, esta é uma opção que deveria ter sido debatida em sede de discussão orçamental, quando e onde foram apresentadas as prioridades da maioria PS, PSD, que governam esta Autarquia, e nesta ótica, nesta perspetiva, o Bloco de Esquerda irá votar contra esta proposta como o fizemos aquando da votação do orçamento.”

### 6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A análise desta proposta tem de ser contextualizada. Ora, vamos a isso.

A sua apresentação na Câmara Municipal, foi efetuada em janeiro, um mês depois deste executivo ter realizado um depósito na Banca, no valor de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) à taxa de juro de 0,00%. Isto é, num mês entrega-se à Banca 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) e nem um cêntimo de juros se cobra, e no mês seguinte, aprova-se na Câmara Municipal e traz-se à Assembleia Municipal, um pedido de autorização para contrair um empréstimo de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) pelo prazo de 5 anos, à taxa de juro, que poderá rondar os 0,5%, e que irá custar ao Município cerca de 200.000.00€ (duzentos mil euros). Agora, na última reunião da Assembleia Municipal, veio a Senhora Presidente da Câmara dizer, que afinal os 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) são para assegurar futuros investimentos. Entendamo-nos, se são essa bolsa de que a Senhora Presidente fala, porque é que não transitaram para o Orçamento 2021, para esse fim em vez de serem aplicados da forma desastrosa que foram ainda em 2020? Não sabemos, tal como a Presidente, a razão porque foram aplicados ainda em 2020. É que desta forma, aumentaram a execução de 2020. Gato escondido com o rabo de fora. Está tudo dito.

Neste contexto, esta operação financeira, vai contra as mais elementares regras de boa gestão. Nenhum almadense poderá compreender, que num mês se faça um depósito num banco de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) sem receber um cêntimo de juros, e no mês seguinte se contraia um empréstimo de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) e se pague cerca de 200.000.00€ (duzentos mil euros) de juros.

Não pactuamos com este tipo de gestão e por isso votaremos contra a realização deste empréstimo.

Mas há mais, a operação de depósito de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros), é tão inusitada, que numa rápida comparação com outros grandes Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa, Cascais, Sintra e Oeiras, no ano de 2020, verifica-se que: Lisboa com um orçamento cerca de dez vezes superior, fez uma aplicação deste tipo, no valor de 704.000.00€ (setecentos e quatro mil euros), Almada fez 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros). Cascais com um orçamento de cerca duas vezes superior, fez uma aplicação de 20.000.00€ (vinte mil euros); Sintra com um orçamento também cerca de duas vezes superior fez uma aplicação de 280.000.00€ (duzentos e oitenta mil euros); e Oeiras com um orçamento que não chega a ser duas vezes superior, fez uma aplicação de 194.000.00€ (cento e noventa e quatro mil euros). Esta breve comparação com outros grandes Municípios de AML, mostra bem o carácter absurdo deste depósito efetuado no final de dezembro passado e razão porque não concordamos com este pedido de empréstimo, que agora se pretende realizar. Mas até podíamos não fazer qualquer comparação com outro Município e olharmos apenas para Almada em 2020, no ano da maior pandemia das nossas vidas, e questionarmo-nos sobre a razão que leva neste ano, este executivo municipal do PS com o apoio do PSD, em vez de cumprir integralmente as suas



competências, responsabilidades, no apoio ao Movimento Associativo, Recreativo e Cultural, no Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros, no apoio às IPSS, no apoio às famílias, em particular à população em situação mais vulnerável, no apoio às escolas e no apoio às diferentes atividades económicas, nomeadamente, aos micro, pequenos e médios empresários, virar-lhes as costas e aproveitar para fazer poupanças.

Enquanto grande parte da nossa população sofre os impactos desta pandemia empurrada para o desemprego, só em janeiro os desempregados inscritos no Centro de Emprego de Almada, ultrapassaram os 6000, mais de 25% do que em janeiro do ano passado, forçada a recorrer ao apoio alimentar, forçada a recorrer às moratórias para pagar o empréstimo à habitação, ou o empréstimo para conseguir continuar com a loja aberta pagando a renda aos fornecedores, a sua Câmara Municipal, indiferente, a todo este drama social e económico, faz poupanças e entrega à Banca 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) para ela fazer o que quiser com esse dinheiro, não lhe cobrando, nem um cêntimo por isso.

É certo que aprovaram na semana passada um apoio de 1.000.000.00€ (um milhão de euros) ao comércio e à restauração, mas num universo estimado de mais de dezoito mil empresas neste Concelho, ele chegará no máximo a duzentos e cinquenta empresários do nosso Concelho, duzentos e cinquenta. Esse apoio não só é escasso, como não existe rigor, equidade e justiça no regulamento afeto a ele. Apesar de todos os esforços que a CDU aqui na última reunião da Assembleia Municipal fez, no sentido de corrigir estes desequilíbrios e as injustiças que a sua aplicação vai trazer. Copiaram e mal, o regulamento aprovado na Câmara Municipal de Lisboa, no passado dia 11 de novembro. Ignoraram todos os estabelecimentos que iniciaram a sua atividade a partir de janeiro de 2020, e vão contra a própria Lei do Orçamento do Estado aprovado para 2021, ao obrigarem a que os empresários que se candidatarem, tenham que ter contabilidade organizada. O nº 1, do artigo 359º, da Lei do Orçamento do Estado, para 2001, diz taxativamente que não é admissível essa discriminação. Mas que importa isso? Pensam PS e PSD. Como este programa é mera propaganda a poucos meses de eleições, não lhes preocupa as injustiças que a sua aplicação traga ao deixar de fora atividades económicas muito afetadas pela pandemia, nomeadamente, as atividades artísticas e culturais e as outras atividades de organizações associativas, ao ignorarem todos aqueles empresários que iniciaram a atividade a partir de janeiro de 2020, ou ainda deixando de fora todos aqueles que não têm contabilidade organizada. Faltam as palavras para classificar esta forma de fazer política. Felizmente, outubro vem já aí.”

#### 6.2.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu nem percebi a intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes. Quer dizer, eu posso voltar a repetir, é nossa intenção requalificar o eixo central de Almada. Aprovado estão a requalificação com lançado o concurso, lançado o concurso, está a primeira fase que diz respeito a duas rotundas.

Portanto, eu não neguei nada, não neguei a intenção e volto a repetir aquilo que está. O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, deve estar mesmo com dificuldades de compreensão.

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu confesso eu já desisti de lhe responder, porque uma em cada três palavras é uma realidade alternativa, que está na cabeça do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu não sei, é assim. As elucubrações são tantas e tão surdas, que de facto não há como responder.

Eu só vou dizer, por um lado há uma semana queriam que nós aumentássemos o universo dos apoios ao comércio local, e esta semana criticam-nos dizendo: “mas só vão apoiar duzentos e cinquenta mil”. Sejamos coerentes, mas a coerência eu sei que não é o forte do Senhor Deputado Municipal José Lourenço.

E Senhor Deputado Municipal, eu não tenho dúvidas e já que estamos a falar de 200.000.00€ (duzentos mil euros) e já que estamos a chegar ao fim do mandato, deixe-me recordar algumas surpresas de início. O Senhor Deputado Municipal José Lourenço, no fundo acha, quer fazer crer, numa teoria da conspiração, que um depósito de 90 dias renovável, é uma espécie de financiamento à Banca. No fundo é praticamente o que diz. É tão absurdo tudo, que é isso que deixa fazer crer, com um ar de professor de economia. Tudo isto é extraordinário, eu acho que nem vale apena estar a falar.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas já agora, já que está tão preocupado com os 200.000.00€ (duzentos mil euros), uma coisa tenho a certeza, faltaram-lhe as palavras quando 200.000.00€ (duzentos mil euros) era o que a Câmara Municipal de Almada pagava de aluguer a uma casa privada. Eras esse montante. Portanto, eu gostaria de ter visto essa sua indignação nesse facto. Mas, nessa altura naturalmente, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, não ia criticar. Com o seu rigor, tem dias. E depende com quem fala.”

### 6.2.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra porque penso que há aqui um pequeno equívoco. É prática habitual do Senhor Deputado Municipal da CDU, José Lourenço, ir rebuscar assuntos que já não dizem respeito à ordem de trabalhos e que tiveram discussões noutros dias desta Sessão da Assembleia e o Senhor Deputado Municipal José Lourenço não fez a intervenção sobre a matéria e a que fez não foi para referir aquilo que referiu. E aliás, começando desde já por aquilo que refere, que o Partido Socialista em Almada vai contra aquilo que é a Lei do Orçamento do Estado, é bom e é importante porque não é sério aquilo que está a dizer, que possamos ver efetivamente aquilo que é dito na Lei do Orçamento do Estado no referido artigo. Aquilo que é dito, é que não podem ser negados apoios a empresas, que tenham contraído dívidas, ou que tenham ficado como devedores ao Estado, nomeadamente à Segurança Social e à Autoridade Tributária, após a pandemia. Esses têm acesso aqueles que são os apoios estatais quer da Administração Central, quer da Administração Local. Aqueles que tinham dívidas anteriores à situação da pandemia, não têm acesso a esses apoios. E o trabalho que aqui fizemos, na última reunião, foi exatamente para garantir o rigoroso cumprimento disso que é referido na Lei do Orçamento do Estado. E o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, agora chega aqui e diz que nós estamos a ir contra a Lei do Orçamento do Estado. Quando um colega seu, e camarada seu de bancada, disse efetivamente, que concordava porque é essa efetivamente aquilo que diz a Lei do Orçamento do Estado. E passado menos de uma semana está aqui a dizer exatamente o contrário, só porque é popular e só porque ficava bem no discurso. No meio de todo um discurso que todo ele, é construído à base daquilo que é conveniente. Porque o Senhor Deputado Municipal José Lourenço diz e bem, no final da sua intervenção, que estamos em ano de Eleições Autárquicas, pois estamos e o seu discurso diz muito em relação a isso. Portanto, vamos ver.

Relativamente aqui a esta proposta concreta, porque é dela que estamos a falar, não estamos a falar da questão dos apoios, do apoio que foi aprovado na última reunião, estamos a falar desta proposta, que é a Câmara Municipal contrair um empréstimo no valor de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros).

Senhor Deputado Municipal, faz a comparação entre aquilo que a Câmara Municipal fez, com esta opção gestionária, que é uma opção gestionária, entre contrair um empréstimo ou utilizar saldo que tenha disponível e liquidez que tenha disponível. E que compara com o depósito que foi feito de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros). Depois, para além disso, também compara, com aplicações que foram feitas por outras Câmaras Municipais no ano de 2020. Para além disso, ainda faz a comparação e estabelece o paralelo a dizer que, no ano em que era necessário apoiar, e que ninguém recebe apoios e que este milhão de euros que foi aprovado na semana passada só permite apoiar duzentas e cinquenta empresas, quando os Senhores queriam que fossem duzentas e cinquenta empresas mais “N” instituições, coletividades e etc. Diz que esses que não têm apoios o que não corresponde à verdade e, portanto, aquilo que aqui disse, não é sério. Esta Câmara Municipal tem aprovadas e implementadas medidas de apoio no âmbito do combate à crise instalada por causa da pandemia, que abrange todos esses setores e ninguém ficou para trás. Ninguém ficou para trás, e é isso que vos custa, é que ninguém ficou para trás. Mas já que estamos a comparar com tudo, eu já agora gostaria que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, que ainda para mais já pediu a palavra, pudesse fazer a comparação, aqui na Câmara de Almada, entre o empréstimo que está a ser contraído agora, e que é uma opção gestionária, gestionária, meramente, como sabe tão bem ou melhor do que eu, mas que faça a comparação desta proposta, com todos os empréstimos que a Câmara Municipal de Almada sempre contraiu, ao longo de todos os últimos anos, de há vários anos para cá, e sempre teve, sempre, disponível saldo da Câmara Municipal e portanto, também não necessitaria efetivamente de contrair esses empréstimos. Fê-lo, porque entendeu que era uma opção gestionária mais adequada e mais apropriada para aquilo que era a visão estratégica. E agora, como é o



Partido Socialista a propor a continuidade dessa opção gestonária, vem para aqui dizer, afinal não, afinal isto está tudo muito mal.

Termino a minha intervenção exatamente da mesma forma que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço terminou, vê-se bem que estamos em ano de Eleições Autárquicas, e outubro é já aí. Portanto, temos de ser sérios, porque é isso que os eleitores esperam de nós.”

#### 6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É louvável o esforço que fez a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço, mas enfim, é pouquinho neste caso.

Eu tenho à minha frente o artigo 359º, da Lei do Orçamento do Estado, que diz no nº 1, “não são admissíveis discriminações em razão da forma jurídica que revista a entidade empresarial ou da forma legal adotada para a sua contabilidade”. Ora, o que fizeram, o que aprovaram, vai contra a Lei do Orçamento do Estado. Leia a Lei e já não dirá os disparates que disse.

Em relação aquilo que a Senhora Presidente diz, enfim, já todos conhecemos, eu não sei como qualificar a qualidade ou a falta de qualidade das suas intervenções nesta matéria. Mas a questão óbvia é esta mesmo. Aplicaram 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) no dia 18 de dezembro, porque as contas de 2020, porque as despesas de investimento estavam baixíssimas, e desta forma fazem uma aplicação financeira e as despesas de capital sobem, é isso. Entregam à Banca 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) nunca se viu uma situação destas em nenhum Município neste país, fazer uma cisa destas, a 0,00% e no mês seguinte vem se pedir autorização à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal para contrair um empréstimo de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) que vai custar cerca de 200.000.00€ (duzentos mil euros) ao Município. Isto não é uma aberração? Isto é contestável? Isto é eu estar a inventar? Desculpem, desculpem, olhem para os números, não sejam totós. É que me faltam as palavras para qualificar a falta de qualidade de gestão que este Município apresenta desta forma. Faltam-me palavras.

E em relação à questão falavam na propriedade que se pagava 200.000.00€ (duzentos mil euros), olhe, era uma aplicação muito melhor, aplicar os 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) a adquirir esse imóvel para o Município para património municipal para fazer ali equipamento de qualidade, era muito melhor investimento, do que entregar à Banca 20.000.000.00 (vinte milhões de euros) à taxa de juro de 0,00%. Eu acho que isto é uma coisa que dá vontade de rir. As pessoas a quem eu conto isto dizem: “mas isso é possível?” “É em Almada tudo isto é possível, com esta gestão do Partido Socialista”. Desculpem, mas isto é mesmo lamentável.”

#### 6.2.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ter que responder para as pessoas que nos estão a ouvir, porque é demasiada areia para os olhos das pessoas. Vamos lá lembrar as questões.

Em primeiro lugar, na última Sessão, se houve um entendimento dos Senhores Deputados, se os Senhores Deputados do Partido Comunista se enganaram ou não perceberam o que tinham proposto na altura, penso eu, que terá a ver dentro do seu Grupo Parlamentar.

Esses 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) de que fala o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, é bom lembrar que, no ano passado, nós integramos a totalidade do nosso saldo de gerência, a totalidade. Integramos 25.000.000.00€ (vinte e cinco milhões de euros). E desde o início, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço diz que nunca viu isto da aplicação, pois não, não viu Senhor Deputado Municipal, porque isto decorre exatamente das novas normas do sistema contabilístico que é a CNCAP- Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública. Portanto eu não estou a contar que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço esteja sequer à corrente dessas alterações, não sei de onde é que lhe vem tanta sabedoria económica



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

financeira, mas é evidente que nunca hesita em dizer que os outros todos são totós, para usar a sua expressão, com essa sua falta de respeito habitual.

Portanto, o ano passado, em 2020, nós tivemos a maior execução de investimento de que há memória em números absolutos. Mas isso não vale a pena, são os números Senhor Deputado Municipal, são os números. Mas também já não gosta de ver esses números como é evidente. E, portanto, esses 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros). É bom que tenhamos a consciência, do levantamento por exemplo, que nós fizemos, para o PRR, uma primeira abordagem, nós estamos a falar só para a habitação de investimento na ordem dos 180.000.000.00€ (cento e oitenta milhões de euros). É evidente que isto não se faz de um ano para o outro. Vamos imaginar, ou supostamente, e aí tentaremos, mas provavelmente que esta totalidade não será aprovada em sede de PRR. Mas vamos imaginar, o PRR cobre 100% supostamente, mas das despesas ilegíveis. Ora, nós sabemos que na melhor das hipóteses poderá haver 20% que não são considerados ilegíveis numa lógica que tem sido mais ou menos essa. Ainda não conhecemos os termos exatos não sabemos. Não é difícil pensar que, vamos imaginar, em 100.000.000.00€ (cem milhões de euros) que seja de investimento na habitação, 10% são dez milhões. Ou seja, se a Câmara Municipal tem à semelhança do PER que os Senhores não cumpriam, que a CDU de Almada, não conseguiu cumprir, não conseguiu resolver como outros Municípios à volta, é melhor não olharem muito para os Municípios à volta, cumprir o PER que não cumpriram, e não cumpriram porquê? Por causa, segundo me disseram, não tinham liquidez financeira. Portanto, é importante os Municípios poderem ter sobretudo nesta altura, a flexibilidade que aí vem, porque nós não sabíamos ainda os termos exatos. Não sabíamos. Agora, há investimentos dos quais não queremos prescindir. E isto é uma resposta para os Municípios, não é para o Senhor Deputado Municipal José Lourenço. É para perceberem até que ponto, é importante termos aqui uma gestão cautelosa. Diz o Senhor Deputado Municipal José Lourenço que esta gestão é catastrófica, mas não se importou nada quando a Câmara Municipal de Almada tinha 7.000.000.00€ (sete milhões de euros) de resultados operacionais negativos, aí já não havia problema nenhum, quando estava a derreter, fazerem um empréstimo para adquirirem edifícios em ruína na ordem dos 7.000.000.00€ (sete milhões de euros), que são uma ruína autêntica e que nós temos justamente poder enquadrar no seu orçamento a sua reabilitação, que foram ruínas que os Senhores compraram, sem nenhum estudo económico financeiro que justificasse se quer os empréstimos e a aquisição daqueles imóveis, mas aí já não havia problema nenhum. Terem delapidado do saldo de gerência 13.000.000.00€ (treze milhões de euros) em dois anos, já não havia problema nenhum. O saldo de gerência estar a derreter, já não havia problema nenhum. Ter uma boa gestão, ter aliás, reconhecidamente, das melhores gestões de Almada através do anuário, não somos nós, dos Municípios, ter aumentado em muito a nossa capacidade de endividamento e podermos enfrentar a crise que aí vem, e sabemos que aí vem, com alguma serenidade, isso incomoda muito a CDU, isso é que incomoda a CDU. Porque o objetivo da CDU, é que a Câmara Municipal não tenha dinheiro para o ano, para se for preciso aumentar os apoios sociais, ter margem para os aumentar. Isso é que a CDU não gosta. Não gosta que a Câmara Municipal de Almada, desde o início da pandemia, tenha feito uma política de dar de facto aqueles que precisam e com equilíbrio, e com segurança e de podermos olhar os almadenses nos olhos e dizer: “tenham confiança, porque estamos numa situação que nos permite, apesar das dificuldades, olhar o futuro com confiança”. Isso para a CDU é o pior da gestão do Partido Socialista. Pois é, habituem-se, não é igual à vossa de certeza.”

**6.2.3** – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 20 votos a favor sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União e Junta de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 1 do PAN, 1 do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 18 votos contra, sendo 14 do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Fernando Guedes, através da seguinte

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada aprova a contratação de empréstimo até 10.000.000€, nos termos da alínea f), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 67º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro e com o da nº 5 do*



*artigo 49º da Lei nº 73/3013 de 3 de setembro, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de fevereiro que aprovou a proposta Nº 905-2020 (DFIN):*

**1-** *Autorização e aprovação da abertura de procedimento de um empréstimo para investimento até ao valor máximo de 10.000.000 euros (dez milhões de euros), para investimentos municipais de acordo com a lista anexa (ANEXO I)*

**2-** *Autorização e aprovação das condições constantes na ficha técnica [ANEXO II] e que farão parte do convite a efetuar às instituições financeiras.*

**3-** *Autorizar o convite/consulta às seguintes instituições financeiras:*

*Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL*

*Caixa Geral de Depósitos, S.A.*

*Banco Santander, S.A.*

*Novo Banco, S.A.*

*Millennium BCP, S.A.*

*Banco BPI, S.A.*

**4-** *Designar a seguinte composição do júri do procedimento, a quem competirá a condução do procedimento, por analogia ao n.º 1 do artigo 67.º do CCP:*

**Efetivos:**

*Vitor Oliveira – Presidente*

*Helena Lamelas – Vogal*

*Elisabete Carmo – Vogal*

**Suplentes:**

*Irina Almeida*

*Rute Belchior*

**5-** *Delegar no júri do concurso, nos termos e por analogia do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, as seguintes competências:*

*a) Prestar esclarecimentos, nos termos do artigo 50.º do CCP;*

*b) Proceder à retificação dos erros e omissões, ao abrigo do artigo 50.º do CCP;*

*c) Pronunciar-se sobre os erros e omissões do caderno de encargos/convite identificados pelos interessados e suspender o prazo fixado para apresentação das propostas de acordo com o artigo 61.º do CCP;*

*d) Prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas, conforme o previsto no n.º 5 do artigo 64.º e no n.º 6 do artigo 133.2, ambos do CCP;*

*e) Classificação de documentos da proposta, nos termos previstos pelo artigo 66 do CCP.*

**6.3** – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem do dia relativo a apreciação e votação da Proposta de aditamento ao Regulamento da Assembleia Municipal Jovem de Almada.

**6.3.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra O Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

*“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;*

*Resta-nos ainda uma proposta. A proposta que nos falta diz respeito a uma proposta de aditamento às normas de funcionamento da Assembleia Municipal Jovem, para permitir a continuação do projeto neste período de pandemia. Esta proposta de aditamento às normas, foi sugerida pelo Senhor Vereador João Couvaneiro, e foi a Mesa que formalizou a proposta que está agora à consideração dos Senhores /as Deputados/as Municipais.”*

**6.3.2** – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan da Costa Gonçalves (PS);

*“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;*



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É apenas para ressaltar, até para quem nos acompanha e não tem acesso à proposta, que a única alteração que consta desta proposta, é a possibilidade de os estudantes do Concelho de Almada que participam na Assembleia Municipal jovem, o poderem fazer por uma votação que não seja presencial, a de quando o Regulamento à situação que vivemos, e que infelizmente vamos continuar a viver nas próximas semanas pelo menos.”

**6.3.3** – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 24 votos a favor sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União e Junta de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Fernando Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 14 abstenções do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, através da seguinte

### DELIBERAÇÃO

Na sequência de sugestão da Câmara e após consensualização na 2ª Comissão Permanente, a Assembleia Municipal aprova o aditamento do artigo 8º-A às as Normas de Funcionamento da Assembleia Municipal Jovem de Almada, publicitadas através do Edital nº 277/XII-2º/2017-21:

#### *Artigo 8.º A*

##### *Regime excecional do exercício de voto em virtude da situação epidemiológica da COVID-19*

- 1. No ano letivo 2020/2021, o direito de voto previsto no n.º 2 do artigo anterior deve ser exercido por via eletrónica, desde que seja assegurado o cumprimento da confidencialidade do voto, nos termos a definir por cada Assembleia de Voto.*
- 2. Caso não seja possível o cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo anterior, o direito de voto pode ser exercido presencialmente, desde que se verifique o pontual cumprimento das regras e orientações definidas pela autoridade de saúde, aplicando-se, com as devidas adaptações, as regras definidas no artigo 8.º.*
- 3. Verificando-se a manutenção da situação epidemiológica da COVID-19 em Portugal, a Câmara Municipal de Almada fica autorizada a deliberar a extensão das regras previstas no presente artigo ao ano letivo 2021/2022.*

**7** – Tendo-se terminado a apreciação de todos os pontos da agenda da reunião deu-se por concluída a reunião, sendo cerca das 23H00.

**8** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as João Luís Couvaneiro, Francisca Luís Parreira, Maria Teodolinda Silveira, Miguel Ângelo Salvado, Joaquim Miguel Judas, José Manuel Gonçalves, Maria Amélia Pardal, António José Matos, Luís Manuel Salgueiro e Luís Filipe Pereira.

**9** - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara que transmitiram a reunião e 1 Senhor Município.

**10** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

